

PROCESSO TCE Nº 22.080.2016-60
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício de 2015.
RESPONSÁVEL: Francisco Afonso Nepomuceno
RELATOR: José Augusto Araújo de Faria
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 10.683/2018

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL - SAI, EXERCÍCIO 2015. REGULAR COM RESSALVAS. ABERTURA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, por: **1)** julgar **Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria de Articulação Institucional – SAI, exercício de 2015, considerando sanada a falha apontada na alteração da nomenclatura dos ajustes contratados, uma vez que os valores foram mantidos, mas ressaltando o percentual do realinhamento de preços concedido no contrato 020/2012 sem a apresentação da memória de cálculo; **2)** pela abertura de Tomada de Contas Especial para verificação da ocorrência ou não de dano e quantificação, se for detectado, no percentual de realinhamento de preços do contrato 020/2012 em 80,48%, devendo-se compará-lo com o percentual da inflação no período. **3)** Após, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco – Acre, 15 de março de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº **22.080.2016-60-TCE**

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI

NATUREZA: **Prestação de Contas**

INTERESSADO: **Francisco Afonso Nepomuceno**

ASSUNTO: (Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício de 2015).

RESPONSÁVEL: **Francisco Afonso Nepomuceno – Secretário à época.**

PROCURADOR:

RELATOR: **Cons. José Augusto Araújo de Faria**

RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO – Secretário à época, encaminhada para julgamento das contas dos Administradores, conforme estabelece o art. 71, inciso II, da CF/88, art. 61, inciso II, da CE/89, art. 36, inciso I, da LCE nº 38/93 e art. 6º, inciso III, do Regimento Interno desse Tribunal de Contas

2) Encaminhada a documentação à DAFO, a 1ª IGCE, emitiu Relatório Preliminar de Análise Técnica de (fls. 45/56), mais documentação de (fls. 57/58), com os seguintes achado irregulares:

- a)** Ausência de saldo financeiro para cobrir as despesas de restos a pagar não processados, no montante de R\$ 114.079,04 subitem 6.2;
- b)** Ausência do Inventário de Bens Imóveis, impossibilitando confirmar o saldo de R\$ 14.992,64 apresentados na conta Bens Imóveis do Balanço Patrimonial, item 7.1;
- c)** Divergências de valores apresentados no Contrato nº 006/2012, entre o montante de **R\$ 112.400,00** resultante da somatória das Notas de Pagamentos – SAFIRA, o valor de **R\$ 118.257,15** apresentado na relação de Empenhos e o valor de **R\$ 144.257,15** apresentado no SIPAC/TCE, entre a planilha de

pagamento da empresa **F. O. do Nascimento**, na qual estão especificados os serviços e o valor unitário/mês de cada um e os valores constantes na Ata de Registro de Preços nº 02/2012, pertencente à Casa Civil, item 9.

3) Citado, o Senhor Secretário à época, **FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO às (fls. 62/64)**, esse, **solicitou dilação** de prazo por mais 15 (quinze), para apresentar a sua defesa, o que lhe foi concedido a partir do término do prazo anterior da citação inicial (fl.66).

4) Às fls. (68/81), mais documentação de fls. (82/121), a defesa apresentada pelo gestor, Senhor **Francisco Afonso Nepomuceno**, de **forma tempestiva**, conforme certidão da Secretaria das Sessões à fl. (122).

5) Encaminhada toda a documentação à DAFO, a 1ª IGCE elaborou o Relatório Conclusivo de Análise Técnica de (fls. 131/142), com os seguintes achados de irregularidades:

- a)** Ausência de planilha detalhada com todos os custos que efetivamente oneram a execução dos serviços prestados no Contrato nº 020/2012 em descumprimento ao art. 14, §1º, inciso II, da **IN CGE nº 001/2014 c/c o art. 40, da IN nº 02/2008**, subitem 2.3.2;
- b)** Pagamentos efetivados no valor de **R\$ 81.838,08** sem processo licitatório e sem previsão no Contrato nº 020/2012 ensejando grave infração à norma legal, prevista no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988 e art. 2º, da Lei nº 8.666/93, subitem 2.3.2.

Afora essa irregularidade, foi, ainda, detectada outra falha, quanto ao atendimento das exigências contidas no item III, do Anexo II, do Manual de Referência – 2ª edição, da Resolução-TCE/AC nº 087/2013, que trata do documento de autorização de acesso para consulta aos dados de movimentação bancária, subitem 2.4.

7) Citado, novamente, o gestor, às (fls. 145/148), esse, após solicitar prazo para apresentar a sua defesa, o que lhe foi concedido nos termos anteriormente solicitados, apresentou, **de forma tempestiva**, defesa de (fls. 152/158), mais documentação de (fls. 159/170), que encaminhada à DAFO, a 1ª IGCE elaborou o Relatório conclusivo de Análise Técnica de (fls. 173/180), concluindo qu8e irregularidade apresentadas não foram sanadas.

8) Encaminhado o processo ao Ministério Público de Contas, o seu ilustre Procurador **JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**, se pronunciou no feito às (fls. 184/185), dos autos.

Recebi o presente feito por distribuição em 16 de maio de 2016, e após a instrução devida, retornou ao meu gabinete em 23 de agosto do mesmo ano.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 15 de março de 2018.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE Nº **22.080.2016-60-TCE**

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI

NATUREZA: **Prestação de Contas**

INTERESSADO: **Francisco Afonso Nepomuceno**

ASSUNTO: (Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício de 2015).

RESPONSÁVEL: **Francisco Afonso Nepomuceno – Secretário à época.**

PROCURADOR:

RELATOR: **Cons. José Augusto Araújo de Faria**

VOTO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO – Secretário à época, encaminhada para julgamento das contas dos Administradores, conforme estabelece o art. 71, inciso II, da CF/88, art. 61, inciso II, da CE/89, art. 36, inciso I, da LCE nº 38/93 e art. 6º, inciso III, do Regimento Interno desse Tribunal de Contas.

2) Encaminhada a documentação à DAFO, a 1ª IGCE, emitiu Relatório Preliminar de Análise Técnica de (fls. 45/56), mais documentação de (fls. 57/58), com os seguintes achado irregulares:

- a)** Ausência de saldo financeiro para cobrir as despesas de restos a pagar não processados, no montante de R\$ 114.079,04 subitem 6.2;
- b)** Ausência do Inventário de Bens Imóveis, impossibilitando confirmar o saldo de R\$ 14.992,64 apresentados na conta Bens Imóveis do Balanço Patrimonial, item 7.1;
- c)** Divergências de valores apresentados no Contrato nº 006/2012, entre o montante de **R\$ 112.400,00** resultante da somatória das Notas de Pagamentos – SAFIRA, o valor de **R\$ 118.257,15** apresentado na relação de Empenhos e o valor de **R\$ 144.257,15** apresentado no SIPAC/TCE, entre a planilha de

pagamento da empresa **F.O. do Nascimento**, na qual estão especificados os serviços e o valor unitário/mês de cada um e os valores constantes na Ata de Registro de Preços nº 02/2012, pertencente à Casa Civil, item 9.

3) Citado, o Senhor Secretário à época, **FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO às (fls. 62/64)**, esse, **solicitou dilação** de prazo por mais 15 (quinze), para apresentar a sua defesa, o que lhe foi concedido a partir do término do prazo anterior da citação inicial (fl.66).

4) Às (fls. 68/81), mais documentação de (fls. 82/121), a defesa apresentada pelo gestor, Senhor **Francisco Afonso Nepomuceno**, de **forma tempestiva**, conforme certidão da Secretaria das Sessões à (fl. 122).

5) Encaminhada toda a documentação à DAFO, a 1ª IGCE elaborou o Relatório Conclusivo de Análise Técnica de (fls. 131/142), com os seguintes achados de irregularidades:

- a)** Ausência de planilha detalhada com todos os custos que efetivamente oneram a execução dos serviços prestados no Contrato nº 020/2012 em descumprimento ao art. 14, §1º, inciso II, da **IN CGE nº 001/2014 c/c o art. 40, da IN nº 02/2008**, subitem 2.3.2;
- b)** Pagamentos efetivados no valor de **R\$ 81.838,08** sem processo licitatório e sem previsão no Contrato nº 020/2012 ensejando grave infração à norma legal, prevista no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988 e art. 2º, da Lei nº 8.666/93, subitem 2.3.2;
- c)** Inadequação do documento de autorização para acesso aos dados de movimentação bancária do órgão (fls. 46, 140 e 177).

Afora essa irregularidade, foi, ainda, detectada outra falha, quanto ao atendimento das exigências contidas no item III, do Anexo II, do Manual de Referência – 2ª edição, da Resolução-TCE/AC nº 087/2013, que trata do documento de autorização de acesso para consulta aos dados de movimentação bancária, subitem 2.4.

Observações:

- 1) Quanto a contratação **sem licitação**, entendo não ser devida a devolução do valor pago com os serviços de agente de portaria, isto também foi proposto pela DAFO, em face da devolução do trabalho dispendido para Administração Pública.
- 2) Também, quanto a **inadequação do** documento de autorização para acesso aos dados de movimentação bancária do órgão (fls. 46, 140 e 177), **entendo, também não existir** a inadequação noticiada nos autos, pois o que se notou foi a falta de indicação, por parte do Tribunal de Contas, do servidor a ser credenciado junto às Instituições Financeiras, com o objetivo de acessar os dados correspondentes.
- 7) **Citado, novamente**, o gestor, às (fls. 145/148), esse, após solicitar prazo para apresentar a sua defesa, o que lhe foi concedido nos termos anteriormente solicitados, apresentou, **de forma tempestiva**, defesa de (fls. 152/158), mais documentação de (fls. 159/170), que encaminhada à DAFO, a 1ª IGCE elaborou o Relatório conclusivo de Análise Técnica de (fls. 173/180), concluindo que as irregularidades apresentadas **não foram sanadas**.
- 8) Encaminhado o processo ao Ministério Público de Contas, o seu ilustre Procurador **JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**, se pronunciou no feito às (fls. 184/185), dos autos.

Recebi o presente feito por distribuição em 16 de maio de 2016, e após a instrução devida, retornou ao meu gabinete em 23 de agosto do mesmo ano.

Ante ao exposto, voto:

1) Pela emissão de Acórdão, considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor **FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO** – Secretário a época, com fulcro no **art. 51, inciso III, letra “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93**, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial;

2) Pela aplicação de **multa sanção** prevista no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, ao Senhor **FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO** – Secretário à época, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), ante as ocorrências noticiadas no Parecer da DAFO e Ministerial, configurarem graves infringências às normas legais de regência da matéria;

3) Pelo **encaminhamento** de cópia do apurado ao Ministério Público do Estado do Acre (com fundamento no art. 36, inciso VI, da LCE nº 38/93), para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias, em razão da **contratação sem licitação ou procedimento de dispensa ou inexigibilidade**, do **serviço de Agente de Portaria**, que originou gasto no valor de **R\$ 81.838,08** (oitenta e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e oito centavos), constantes às (fls. 139 e 175/177), dos autos, que consta dos arts. 89 e 100, da Lei Federal nº 8.666/93.

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco-Acre, 15 de março de 2018.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE Nº 22.080.2016-60
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Articulação Institucional – SAI, exercício de 2015.
RESPONSÁVEL: Francisco Afonso Nepomuceno
RELATOR: José Augusto Araújo de Faria
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

Voto por: 1) julgar **Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria de Articulação Institucional – SAI, exercício de 2015, considerando sanada a falha apontada na alteração da nomenclatura dos ajustes contratados, uma vez que os valores foram mantidos, mas ressaltando o percentual do realinhamento de preços concedido no contrato 020/2012 sem a apresentação da memória de cálculo; **2)** pela abertura de Tomada de Contas Especial para verificação da ocorrência ou não de dano e quantificação, se for detectado, no percentual de realinhamento de preços do contrato 020/2012 em 80,48%, devendo-se compará-lo com o percentual da inflação no período. **3)** Após, pelo arquivamento dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 15 de março de 2018.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor